**NOTA TÉCNICA Nº /2022-DEAS/SECEX**

**Assunto:** Impacto da EC nº 120/2022 nas despesas com pessoal da saúde no exercício dos cargos de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias.

**Esfera Administrativa**: Municipal.

**Esfera Orçamentária**: Seguridade Social.

**Função de governo**: Saúde.

**Subfunções**: Atenção Básica e Vigilância Epidemiológica.

**Grupo de Natureza da Despesa**: Pessoal e Encargos Sociais.

**MOTIVAÇÃO**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS,**

**Considerando** a sua jurisdição conforme definido no Título I Capítulo II da LOTCE- AM;

**Considerando** a competência atribuída aos Tribunais de Contas quanto a fatos que podem comprometer a gestão fiscal conforme o Art. 59 da LRF;

**Considerando** que a LRF, em referência ao Art. 195, §5º da CF/88, estabelece que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total, observadas as regras para o aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

**Considerando** o risco de aumento das despesas com pessoal na área da saúde em função da fixação de pisos salariais para as categorias profissionais sem a indicação específica da fonte de recurso que custeará o aumento das despesas com pessoal;

**Considerando** a regulamentação estabelecida pelo Ministério da Saúde para os repasses de valores para o pagamento da remuneração dos profissionais agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias com vínculos direto e indireto;

**Considerando** o impacto na folha de pagamento dos municípios do Amazonas com a remuneração dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias com vínculos indiretos sem a correspondente previsão da fonte de custeio nos orçamentos dos municípios;

**Considerando** a expressiva quantidade de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias com vínculo indireto com a administração pública dos municípios do Amazonas;

**Considerando** especialmente o fato de que o Amazonas é o Estado do país com a maior proporção de agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias com vínculo indireto;

**Considerando** que os aspectos operacionais, financeiros a administrativos do SUS são objeto de negociação e pactuação conforme expressamente previsto na Lei nº 8080/1990 e Decreto nº 7508/2011.

**EMITE A PRESENTE NOTA TÉCNICA** em recomendação aos Prefeitos dos Municípios do Amazonas para solução dos impactos financeiros com o aumento das despesas com pessoal na área da saúde sem a indicação da fonte de recurso em função do piso salarial fixado pela EC nº 120/2022 que porventura vem sendo estendido aos agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate às endemias (ACE) com vínculo indireto com a administração municipal.

**OBJETIVOS**

Trazer à atenção dos gestores municipais o impacto da EC nº 120/2022 na folha de pagamento dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias para uma solução que evite (1) o risco fiscal decorrente do aumento continuado de despesas com pessoal sem a indicação da fonte de recursos nos orçamentos dos municípios e (2) a exposição dos municípios aos riscos de eventual surgimento progressivo de passivos contingentes além de outros riscos administrativos.

**DO PISO SALARIAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS**

1. A EC nº 120/2022 promoveu alterações no Art. 198 da CF/88 que, dentre outras modificações, passaria a vigorar com a seguinte redação em seu § 9º incluído pela emenda.

Art. 198.

[...]

§ 9º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.

1. Da leitura do dispositivo depreende-se que o valor do piso é repassado pela União aos municípios e Estados que, por sua vez, realizam o pagamento da remuneração a seus servidores no exercício dos cargos de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias. Assim sendo, a previsão orçamentária e o dispêndio financeiro para o pagamento do piso de 02 (dois) salários mínimos, atualmente R$ 2.424,00 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais), cabe à esfera federal que o faz por meio do Fundo Nacional de Saúde - unidade orçamentária vinculada ao Ministério da Saúde e responsável pelo repasse.

**DA REGULAMENTAÇÃO DOS REPASSES PARA CUSTEIO DO PISO SALARIAL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE**

1. O Ministério da Saúde regulamentou os repasses da União aos entes subnacionais por meio da Portaria nº 1971, de 30 de junho de 2022 e Portaria nº 2109, de 30 de junho de 2022. De acordo com as portarias os repasses mensais são feitos pelo valor proporcional ao número de profissionais cadastrados pelos gestores dos Municípios e Distrito Federal no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES que cumprirem os requisitos previstos na Lei.
2. Segundo as regras estabelecidas pelo Ministério, o repasse do valor relativo ao piso salarial de R$ 2.424,00 (dois mil e quatrocentos e vinte e quatro reais) somente seria feito em relação ao quantitativo de profissionais que cumprissem os requisitos legais, ou seja, os requisitos da Lei nº 11.350/2006 anteriormente mencionada. Reitera-se que pela lei a contratação desses profissionais deve ser precedida de processo seletivo público de provas ou de provas e títulos.
3. Levando isso em consideração e a situação funcional destes servidores em âmbito nacional, o Ministério da Saúde classificou o vínculo dos profissionais em duas categorias: direto e indireto. O profissional cadastrado com vínculo direto é aquele que se submeteu ao processo seletivo público de provas ou de provas e títulos sendo os demais classificados como vínculo indireto.
4. Neste contexto, o repasse federal de dois salários mínimos para o cumprimento do piso salarial da EC nº 120/2022 vem sendo feito tão somente em relação aos profissionais com vínculo direto. Quanto aos profissionais cadastrados com vínculo indireto os repasses permanecem sendo calculados na forma do piso salarial ordinariamente fixado pela Lei nº 13.708/2018, que ao alterar a Lei nº 11.350/2006, estabeleceu o valor de R$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) a partir de 1º de janeiro de 2021.
5. Em resumo, os repasses do Ministério da Saúde estão sendo feitos da seguinte maneira: **(1)** no valor de R$ 2.424,00 (dois mil e quatrocentos e vinte e quatro reais) por profissional cadastrado com vínculo direto e; **(2)** R$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) por profissional cadastrado com vínculo indireto.

**DOS IMPACTOS FINANCEIROS INERENTES AO PISO SALARIAL CONSTITUCIONAL**

1. O piso salarial fixado pela EC nº 120/2022 e a regulamentação dos repasses pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria GM/MS nº 1971, de 30 de junho de 2022 e Portaria GM/MS nº 2109, de 30 de junho de 2022 podem acarretar impactos financeiros significativos aos entes subnacionais, em especial, aos municípios que são os maiores consumidores dos serviços prestados pelo agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias. A maior parte dos municípios amazonenses possui elevado número de profissionais com vínculo indireto. Em função disso estão recebendo o repasse no valor de R$ 1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais) por cada profissional. A complementação da diferença de R$ 874,00 (oitocentos e setenta e quatro reais) por profissional para o pagamento do piso salarial de dois salários mínimos se apresenta como um risco fiscal inerente aos entes que terão que utilizar recursos próprios ou outros recursos de custeio da atenção primária para o pagamento do complemento salarial.
2. Tomando por base o mês agosto de 2022, apenas em relação aos agentes de comunitários de saúde, o impacto na folha de pagamento dos municípios do Amazonas foi da ordem de R$ 4.067.596,00 (quatro milhões sessenta sete mil quinhentos e noventa e seis reais). Nesta esteira, os municípios, de uma hora para outra, se confrontaram com um aumento de despesas com folha de pagamento destes profissionais sem a previsão da fonte de custeio.
3. A título de evidenciação e para ilustrar são apresentados no Quadro I abaixo os impactos financeiros na folha de pagamento de cada município, apenas dos agentes comunitários de saúde no mês de agosto de 2022 que foi considerado como referência mensal para o levantamento dos valores da coluna da projeção do impacto anual na folha. No Quadro II são apresentados os mesmos dados em relação aos agentes de combate às endemias.

**Quadro I - ACS. Impactos financeiros da EC nº 120/2022.**

**Valores em R$ 1.**

| **MUNICÍPIO** | **QTD ACS Indireto (a)** | **REPASSE** | **QTD ACS Direto (b)** | **Repasse Mensal do Ministério da Saúde** | **Perda de arrecadação - Projeção do Impacto Mensal na Folha (c)** | **Projeção do Impacto Anual na Folha (d)** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ALVARÃES** | 45 | R$ 69.750,00 | 0 | R$ 0,00 | 39.330,00 | 511.290,00 |
| **AMATURÁ** | 7 | R$ 10.850,00 | 18 | R$ 43.632,00 | 6.118,00 | 79.534,00 |
| **ANAMÃ** | 27 | R$ 41.850,00 | 16 | R$ 38.784,00 | 23.598,00 | 306.774,00 |
| **ANORI** | 0 | R$ 0,00 | 49 | R$ 118.776,00 | - | - |
| **APUÍ** | 0 | R$ 0,00 | 63 | R$ 152.712,00 | - | - |
| **ATALAIA DO NORTE** | 48 | R$ 74.400,00 | 0 | R$ 0,00 | 41.952,00 | 545.376,00 |
| **AUTAZES** | 0 | R$ 0,00 | 123 | R$ 298.152,00 | - | - |
| **BARCELOS** | 77 | R$ 119.350,00 | 8 | R$ 19.392,00 | 67.298,00 | 874.874,00 |
| **BARREIRINHA** | 84 | R$ 130.200,00 | 0 | R$ 0,00 | 73.416,00 | 954.408,00 |
| **BENJAMIN CONSTANT** | 32 | R$ 49.600,00 | 53 | R$ 128.472,00 | 27.968,00 | 363.584,00 |
| **BERURI** | 45 | R$ 69.750,00 | 15 | R$ 36.360,00 | 39.330,00 | 511.290,00 |
| **BOA VISTA DO RAMOS** | 36 | R$ 55.800,00 | 11 | R$ 26.664,00 | 31.464,00 | 409.032,00 |
| **BOCA DO ACRE** | 0 | R$ 0,00 | 98 | R$ 237.552,00 | - | - |
| **BORBA** | 105 | R$ 162.750,00 | 0 | R$ 0,00 | 91.770,00 | 1.193.010,00 |
| **CAAPIRANGA** | 32 | R$ 49.600,00 | 3 | R$ 7.272,00 | 27.968,00 | 363.584,00 |
| **CANUTAMA** | 36 | R$ 55.800,00 | 0 | R$ 0,00 | 31.464,00 | 409.032,00 |
| **CARAUARI** | 77 | R$ 119.350,00 | 0 | R$ 0,00 | 67.298,00 | 874.874,00 |
| **CAREIRO** | 24 | R$ 37.200,00 | 96 | R$ 232.704,00 | 20.976,00 | 272.688,00 |
| **CAREIRO DA VÁRZEA** | 77 | R$ 119.350,00 | 3 | R$ 7.272,00 | 67.298,00 | 874.874,00 |
| **COARI** | 221 | R$ 342.550,00 | 0 | R$ 0,00 | 193.154,00 | 2.511.002,00 |
| **CODAJÁS** | 66 | R$ 102.300,00 | 13 | R$ 31.512,00 | 57.684,00 | 749.892,00 |
| **EIRUNEPÉ** | 0 | R$ 0,00 | 97 | R$ 235.128,00 | - | - |
| **ENVIRA** | 63 | R$ 97.650,00 | 0 | R$ 0,00 | 55.062,00 | 715.806,00 |
| **FONTE BOA** | 24 | R$ 37.200,00 | 58 | R$ 140.592,00 | 20.976,00 | 272.688,00 |
| **GUAJARÁ** | 44 | R$ 68.200,00 | 1 | R$ 2.424,00 | 38.456,00 | 499.928,00 |
| **HUMAITÁ** | 6 | R$ 9.300,00 | 141 | R$ 341.784,00 | 5.244,00 | 68.172,00 |
| **IPIXUNA** | 57 | R$ 88.350,00 | 17 | R$ 41.208,00 | 49.818,00 | 647.634,00 |
| **IRANDUBA** | 137 | R$ 212.350,00 | 2 | R$ 4.848,00 | 119.738,00 | 1.556.594,00 |
| **ITACOATIARA** | 141 | R$ 218.550,00 | 99 | R$ 239.976,00 | 123.234,00 | 1.602.042,00 |
| **ITAMARATI** | 26 | R$ 40.300,00 | 0 | R$ 0,00 | 22.724,00 | 295.412,00 |
| **ITAPIRANGA** | 27 | R$ 41.850,00 | 0 | R$ 0,00 | 23.598,00 | 306.774,00 |
| **JAPURÁ** | 26 | R$ 40.300,00 | 5 | R$ 12.120,00 | 22.724,00 | 295.412,00 |
| **JURUÁ** | 0 | R$ 0,00 | 34 | R$ 82.416,00 | - | - |
| **JUTAÍ** | 89 | R$ 137.950,00 | 1 | R$ 2.424,00 | 77.786,00 | 1.011.218,00 |
| **LÁBREA** | 87 | R$ 134.850,00 | 23 | R$ 55.752,00 | 76.038,00 | 988.494,00 |
| **MANACAPURU** | 247 | R$ 382.850,00 | 0 | R$ 0,00 | 215.878,00 | 2.806.414,00 |
| **MANAQUIRI** | 8 | R$ 12.400,00 | 62 | R$ 150.288,00 | 6.992,00 | 90.896,00 |
| **MANAUS** | 1120 | R$ 1.736.000,00 | 9 | R$ 21.816,00 | 978.880,00 | 12.725.440,00 |
| **MANICORÉ** | 134 | R$ 207.700,00 | 29 | R$ 70.296,00 | 117.116,00 | 1.522.508,00 |
| **MARAÃ** | 60 | R$ 93.000,00 | 0 | R$ 0,00 | 52.440,00 | 681.720,00 |
| **MAUÉS** | 81 | R$ 125.550,00 | 59 | R$ 143.016,00 | 70.794,00 | 920.322,00 |
| **NHAMUNDÁ** | 0 | R$ 0,00 | 67 | R$ 162.408,00 | - | - |
| **NOVA OLINDA DO NORTE** | 106 | R$ 164.300,00 | 0 | R$ 0,00 | 92.644,00 | 1.204.372,00 |
| **NOVO AIRÃO** | 23 | R$ 35.650,00 | 29 | R$ 70.296,00 | 20.102,00 | 261.326,00 |
| **NOVO ARIPUANÃ** | 15 | R$ 23.250,00 | 49 | R$ 118.776,00 | 13.110,00 | 170.430,00 |
| **PARINTINS** | 299 | R$ 463.450,00 | 0 | R$ 0,00 | 261.326,00 | 3.397.238,00 |
| **PAUINI** | 59 | R$ 91.450,00 | 0 | R$ 0,00 | 51.566,00 | 670.358,00 |
| **PRESIDENTE FIGUEIREDO** | 72 | R$ 111.600,00 | 0 | R$ 0,00 | 62.928,00 | 818.064,00 |
| **RIO PRETO DA EVA** | 50 | R$ 77.500,00 | 39 | R$ 94.536,00 | 43.700,00 | 568.100,00 |
| **SANTA ISABEL DO RIO NEGRO** | 0 | R$ 0,00 | 53 | R$ 128.472,00 | - | - |
| **SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ** | 0 | R$ 0,00 | 116 | R$ 281.184,00 | - | - |
| **SILVES** | 28 | R$ 43.400,00 | 0 | R$ 0,00 | 24.472,00 | 318.136,00 |
| **SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA** | 54 | R$ 83.700,00 | 0 | R$ 0,00 | 47.196,00 | 613.548,00 |
| **SÃO PAULO DE OLIVENÇA** | 89 | R$ 137.950,00 | 20 | R$ 48.480,00 | 77.786,00 | 1.011.218,00 |
| **SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ** | 13 | R$ 20.150,00 | 19 | R$ 46.056,00 | 11.362,00 | 147.706,00 |
| **TABATINGA** | 0 | R$ 0,00 | 186 | R$ 450.864,00 | - | - |
| **TAPAUÁ** | 0 | R$ 0,00 | 57 | R$ 138.168,00 | - | - |
| **TEFÉ** | 203 | R$ 314.650,00 | 0 | R$ 0,00 | 177.422,00 | 2.306.486,00 |
| **TONANTINS** | 64 | R$ 99.200,00 | 0 | R$ 0,00 | 55.936,00 | 727.168,00 |
| **UARINI** | 44 | R$ 68.200,00 | 0 | R$ 0,00 | 38.456,00 | 499.928,00 |
| **URUCARÁ** | 70 | R$ 108.500,00 | 0 | R$ 0,00 | 61.180,00 | 795.340,00 |
| **URUCURITUBA** | 49 | R$ 75.950,00 | 6 | R$ 14.544,00 | 42.826,00 | 556.738,00 |
|  | | | | | | |
| **TOTAL DO COMPLEMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO SEM PREVISÃO DA FONTE DE RECURSO** | | | | | **4.067.596,00** | **52.878.748,00** |

**Fonte**: SISAB. Agosto de 2022.

(a) **ACS com vínculo indireto** [repasse no valor de R$ 1.550,00 por profissional];

(b) **ACS com vínculo direto** [repasse no valor de R$ 2.424,00 por profissional];

(c) Valor da folha de pagamento mensal considerando o pagamento do piso de R$ 2.424,00 a todos os profissionais independentemente do vínculo;

(d) Projeção estimada levando em consideração apenas o valor da remuneração mensal e o 13º salário sem acréscimos de quaisquer naturezas.

**Quadro II - ACE. Impactos financeiros da EC nº 120/2022.**

**Valores em R$ 1.**

| **MUNICÍPIO** | **QTD MÁXIMA** | **Vínculo** | | **Repasse mensal do Ministério da Saúde** | **Folha mensal (a)** | **Perda de arrecadação - Projeção do Impacto mensal** | **Projeção do Impacto anual (b)** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Direto** | **Indireto** |
| **ALVARÃES** | 28 | 0 | 13 | 20.150,00 | 31.512,00 | 11.362,00 | 147.706,00 |
| **AMATURÁ** | 4 | 0 | 9 | 13.950,00 | 21.816,00 | 7.866,00 | 102.258,00 |
| **ANAMÃ** | 4 | 0 | 9 | 13.950,00 | 21.816,00 | 7.866,00 | 102.258,00 |
| **ANORI** | 4 | 0 | 16 | 24.800,00 | 38.784,00 | 13.984,00 | 181.792,00 |
| **APUÍ** | 8 | 21 | 2 | 22.492,00 | 55.752,00 | 33.260,00 | 432.380,00 |
| **ATALAIA DO NORTE** | 37 | 21 | 20 | 81.904,00 | 99.384,00 | 17.480,00 | 227.240,00 |
| **AUTAZES** | 7 | 0 | 26 | 40.300,00 | 63.024,00 | 22.724,00 | 295.412,00 |
| **BARCELOS** | 68 | 66 | 9 | 173.934,00 | 181.800,00 | 7.866,00 | 102.258,00 |
| **BARREIRINHA** | 5 | 7 | 5 | 19.870,00 | 29.088,00 | 9.218,00 | 119.834,00 |
| **BENJAMIN CONSTANT** | 36 | 0 | 28 | 43.400,00 | 67.872,00 | 24.472,00 | 318.136,00 |
| **BERURI** | 4 | 9 | 4 | 15.896,00 | 31.512,00 | 15.616,00 | 203.008,00 |
| **BOA VISTA DO RAMOS** | 4 | 0 | 8 | 12.400,00 | 19.392,00 | 6.992,00 | 90.896,00 |
| **BOCA DO ACRE** | 10 | 46 | 1 | 25.790,00 | 113.928,00 | 88.138,00 | 1.145.794,00 |
| **BORBA** | 50 | 0 | 28 | 43.400,00 | 67.872,00 | 24.472,00 | 318.136,00 |
| **CAAPIRANGA** | 4 | 0 | 11 | 17.050,00 | 26.664,00 | 9.614,00 | 124.982,00 |
| **CANUTAMA** | 14 | 15 | 3 | 38.586,00 | 43.632,00 | 5.046,00 | 65.598,00 |
| **CARAUARI** | 14 | 14 | 11 | 50.986,00 | 60.600,00 | 9.614,00 | 124.982,00 |
| **CAREIRO** | 26 | 22 | 4 | 59.528,00 | 63.024,00 | 3.496,00 | 45.448,00 |
| **CAREIRO DA VÁRZEA** | 8 | 7 | 18 | 44.868,00 | 60.600,00 | 15.732,00 | 204.516,00 |
| **COARI** | 39 | 0 | 67 | 103.850,00 | 162.408,00 | 58.558,00 | 761.254,00 |
| **CODAJÁS** | 9 | 6 | 2 | 17.644,00 | 19.392,00 | 1.748,00 | 22.724,00 |
| **EIRUNEPÉ** | 38 | 46 | 23 | 127.762,00 | 167.256,00 | 39.494,00 | 513.422,00 |
| **ENVIRA** | 4 | 0 | 19 | 29.450,00 | 46.056,00 | 16.606,00 | 215.878,00 |
| **FONTE BOA** | 5 | 11 | 13 | 32.270,00 | 58.176,00 | 25.906,00 | 336.778,00 |
| **GUAJARÁ** | 32 | 32 | 15 | 100.818,00 | 113.928,00 | 13.110,00 | 170.430,00 |
| **HUMAITÁ** | 19 | 24 | 3 | 50.706,00 | 65.448,00 | 14.742,00 | 191.646,00 |
| **IPIXUNA** | 56 | 57 | 1 | 137.294,00 | 140.592,00 | 3.298,00 | 42.874,00 |
| **IRANDUBA** | 38 | 38 | 4 | 98.312,00 | 101.808,00 | 3.496,00 | 45.448,00 |
| **ITACOATIARA** | 27 | 23 | 0 | 55.752,00 | 55.752,00 | - | - |
| **ITAMARATI** | 17 | 11 | 11 | 43.714,00 | 53.328,00 | 9.614,00 | 124.982,00 |
| **ITAPIRANGA** | 3 | 5 | 9 | 13.950,00 | 33.936,00 | 19.986,00 | 259.818,00 |
| **JAPURÁ** | 10 | 10 | 14 | 21.700,00 | 58.176,00 | 36.476,00 | 474.188,00 |
| **JURUÁ** | 11 | 3 | 3 | 11.922,00 | 14.544,00 | 2.622,00 | 34.086,00 |
| **JUTAÍ** | 34 | 33 | 0 | 79.992,00 | 79.992,00 | - | - |
| **LÁBREA** | 69 | 68 | 19 | 194.282,00 | 210.888,00 | 16.606,00 | 215.878,00 |
| **MANACAPURU** | 26 | 0 | 28 | 43.400,00 | 67.872,00 | 24.472,00 | 318.136,00 |
| **MANAQUIRI** | 5 | 12 | 2 | 15.220,00 | 33.936,00 | 18.716,00 | 243.308,00 |
| **MANAUS** | 979 | 250 | 505 | 1.388.750,00 | 1.830.120,00 | 441.370,00 | 5.737.810,00 |
| **MANICORÉ** | 12 | 0 | 20 | 31.000,00 | 48.480,00 | 17.480,00 | 227.240,00 |
| **MARAÃ** | 20 | 3 | 7 | 18.122,00 | 24.240,00 | 6.118,00 | 79.534,00 |
| **MAUÉS** | 15 | 2 | 36 | 60.648,00 | 92.112,00 | 31.464,00 | 409.032,00 |
| **NHAMUNDÁ** | 5 | 5 | 12 | 30.720,00 | 41.208,00 | 10.488,00 | 136.344,00 |
| **NOVA OLINDA DO NORTE** | 6 | 0 | 15 | 23.250,00 | 36.360,00 | 13.110,00 | 170.430,00 |
| **NOVO AIRÃO** | 7 | 0 | 27 | 41.850,00 | 65.448,00 | 23.598,00 | 306.774,00 |
| **NOVO ARIPUANÃ** | 11 | 0 | 21 | 32.550,00 | 50.904,00 | 18.354,00 | 238.602,00 |
| **PARINTINS** | 29 | 0 | 33 | 51.150,00 | 79.992,00 | 28.842,00 | 374.946,00 |
| **PAUINI** | 20 | 17 | 13 | 20.150,00 | 72.720,00 | 52.570,00 | 683.410,00 |
| **PRESIDENTE FIGUEIREDO** | 18 | 0 | 43 | 66.650,00 | 104.232,00 | 37.582,00 | 488.566,00 |
| **RIO PRETO DA EVA** | 35 | 36 | 1 | 86.390,00 | 89.688,00 | 3.298,00 | 42.874,00 |
| **SANTA ISABEL DO RIO NEGRO** | 27 | 22 | 3 | 57.978,00 | 60.600,00 | 2.622,00 | 34.086,00 |
| **SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ** | 55 | 47 | 14 | 135.628,00 | 147.864,00 | 12.236,00 | 159.068,00 |
| **SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA** | 90 | 58 | 25 | 179.342,00 | 201.192,00 | 21.850,00 | 284.050,00 |
| **SÃO PAULO DE OLIVENÇA** | 38 | 16 | 20 | 69.784,00 | 87.264,00 | 17.480,00 | 227.240,00 |
| **SÃO SEBASTIÃO DO UATUMÃ** | 4 | 8 | 5 | 17.446,00 | 31.512,00 | 14.066,00 | 182.858,00 |
| **SILVES** | 3 | 0 | 11 | 17.050,00 | 26.664,00 | 9.614,00 | 124.982,00 |
| **TABATINGA** | 47 | 26 | 16 | 87.824,00 | 101.808,00 | 13.984,00 | 181.792,00 |
| **TAPAUÁ** | 23 | 17 | 32 | 90.808,00 | 118.776,00 | 27.968,00 | 363.584,00 |
| **TEFÉ** | 27 | 0 | 29 | 44.950,00 | 70.296,00 | 25.346,00 | 329.498,00 |
| **TONANTINS** | 4 | 0 | 7 | 10.850,00 | 16.968,00 | 6.118,00 | 79.534,00 |
| **UARINI** | 23 | 15 | 15 | 59.610,00 | 72.720,00 | 13.110,00 | 170.430,00 |
| **URUCARÁ** | 4 | 0 | 12 | 18.600,00 | 29.088,00 | 10.488,00 | 136.344,00 |
| **URUCURITUBA** | 5 | 6 | 10 | 27.620,00 | 38.784,00 | 11.164,00 | 145.132,00 |
|  | | | | | | | |
| **TOTAL DO COMPLEMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO SEM PREVISÃO DA FONTE DE RECURSO** | | | | | | **1.510.588,00** | **19.637.644,00** |

**Fonte**: SCNES. Relatório Número de ACE - Março de 2022.

(a) Valor da folha de pagamento mensal considerando o pagamento do piso de R$ 2.424,00 a todos os profissionais independentemente do vínculo;

(b) Projeção estimada levando em consideração apenas o valor da remuneração mensal e o 13º salário sem acréscimos de quaisquer naturezas.

1. Importante ressaltar que as projeções apresentadas nos quadros acima estão subestimadas haja vista que os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias ainda percebem outros valores remuneratórios tais como adicional de insalubridade que incidem sobre o valor do piso o que eleva ainda mais o impacto financeiro das despesas de pessoal. Além disso, não foi considerado o aumento das despesas com pagamento de férias e recolhimento de encargos sociais sobre a folha.

**RECOMENDAÇÕES**

1. **I - Aos Prefeitos dos Municípios do Amazonas cujos municípios tiveram impacto na folha de pagamento dos ACS e ACE sem a indicação da fonte de custeio, em conjunto com as respectivas Direções Municipais do SUS e Conselhos Municipais de Saúde**, que, dentre outras possibilidades:
2. **(A)** Com fulcro na Lei nº 8080/1990 e Decreto nº 7508/2011, adotem medidas junto aos colegiados legais e aos foros de pactuação tais como o Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Amazonas (COSEMS-AM); Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e; Comissões Intergestores (CIB/CIT) etc - para negociarem a pactuação dos repasses do Fundo Nacional de Saúde no valor do piso salarial estabelecido pela EC nº 120/2022 a todos os profissionais agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate às endemias (ACE) independentemente do vínculo atualmente cadastrado no Ministério da Saúde;
3. **(B)** Na pactuação haja o compromisso com a fixação de prazo para regularizar a situação funcional dos servidores que exerçam os cargos de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias para aderência aos requisitos legais estabelecidos pela EC nº 51/2006 e Lei nº 11.350/2006;
4. **(C)** Mesmo que não se materialize o consenso nos colegiados e foros de pactuação do SUS, firmem o compromisso de agilizarem a regularização das pendências funcionais dos ACS e ACE a fim de reduzirem a exposição dos municípios aos riscos fiscais resultantes do complemento da folha de pagamento e de surgimento progressivo de passivos contingentes por decisões judiciais desfavoráveis aos municípios decorrentes de eventuais ações movidas pelos profissionais com vínculos indiretos porventura não contemplados com o piso constitucional.
5. Ainda neste contexto, adotem medidas junto às respectivas assessorias jurídicas ou organismos equivalentes da administração municipal para, em consenso com as entidades representativas de classe, mitigar os riscos administrativos resultantes dos possíveis desligamentos de ACS e ACE com vínculo indireto.
6. **II - A todos os Prefeitos dos Municípios do Amazonas**,que**:**
7. **(A)** Utilizem a fonte de recursos de código 604 –“Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias” conforme definido na Portaria STN nº 710/2021 alterada pela Portaria STN nº 1.566, de 31/08/2022 para identificação dos recursos recebidos pelo Governo Federal para o pagamento do piso salarial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias;
8. **(B)** Não incluam o valor das transferências correntes da União para pagamento dos ACS e ACE no valor da receita corrente líquida para fins de cálculo do limite de despesas com pessoal ante a vedação expressa do Art. 198, § 11 da CF/88 incluído pela EC nº 120/2022;
9. **(C)** Para incremento da efetividade, eficiência, eficácia e resolutividade das ações da atenção básica e fortalecimento de sua posição de centralidade da rede, verifiquem a viabilidade de aplicar os recursos de outras fontes que porventura vêm sendo utilizado para o complemento da folha de pagamento em atendimento ao piso salarial da EC nº 120/2022 para implementação **(1)** técnica; **(2)** orçamentária; **(3)** financeira e; **(4)** operacional de um programa de desempenho que qualifique os serviços e ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde que transpasse pelo aumento da produtividade das atividades finalísticas desenvolvidas pelos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias na forma preconizada pelo Art. 198, § 7º da CF/88 incluído pela EC nº 120/2022 observadas às regras fiscais de direito financeiro relacionadas à geração de despesas previstas no Capítulo IV, Seções I e II da LRF.

**REFERÊNCIAS**

- Constituição Federal de 1988;

- Emenda Constitucional nº 120/2022;

- Lei Complementar nº 101/2000;

- Lei nº 11.350/2006;

- Lei nº 8080/1990;

- Decreto nº 7508/2011;

- Portaria GM/MS nº 1971, de 30 de junho de 2022;

- Portaria GM/MS nº 2109, de 30 de junho de 2022;

- Portaria STN nº 710/2021, alterada pela Portaria STN nº 1.566, de 31/08/2022.

**DÚVIDAS E INFORMAÇÕES**

Em caso de dúvidas e informações, contatar o endereço eletrônico: [secex@tce.am.gov.br](mailto:secex@tce.am.gov.br)

\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*\*

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas

Secretaria-Geral de Controle Externo

Departamento de Auditoria em Saúde